

O ministério não adverte: a auto-desvalorização profissional também faz mal para a saúde

Ricardo Costa-Val*

“O Governo de Minas Gerais investe no aperfeiçoamento e na qualidade de assistência das Unidades de Saúde em todo estado”, informou mais uma, dentre várias, manchete publicada em vários jornais mineiros. No entanto, poucos dias depois pequena nota inserida nos órgãos oficiais de comunicação anunciou reajuste salarial de 3% a 42% para os servidores públicos do estado, sendo o menor para os médicos e o maior para o funcionalismo engajado no setor de gestão e administração pública. Fisioterapeutas, nutricionistas, enfermeiros, psicólogos não sabem até o momento se terão aumento.

Filial mineira de uma das maiores cooperativa de profissionais de saúde do Brasil está divulgando nos maiores jornais da cidade o lançamento de um plano especial para diabéticos que terão a sua disposição qualificada equipe multidisciplinar composta por enfermeiros, fisioterapeutas, médicos e nutricionistas.

Administradores, empresários, economistas e afins cada vez mais anunciam a importância de se ter equipe multidisciplinar de saúde disponível para seus funcionários. Segundo estes, a realização de exames médicos regulares, apoio psicológico, orientação nutricional, exercícios físicos supervisionados, **etc.** são capazes de reduzir em até 40% a taxa de absenteísmo e assim, aumentar a produção e lucros das empresas.

Um dos maiores jornais de Minas Gerais destacou em matéria de três páginas, em setembro de 2008, reportagem intitulada “Só Pra Quem é Bom!” Conforme a mesma existe grande necessidade de se regulamentar os profissionais com graduação técnica (02 anos) em estética. Na matéria auto se define as áreas de atuação dos mesmos, que dentre várias listadas, destaque:

- drenagem linfática e realização de diversas terapias com aparelhos de alta tecnologia,
- tratamento de inúmeras doença ou afecções da pele, incluindo a utilização de produtos químicos para as medidas rejuvenescedoras/esfoliativas;
- e o legítimo direito de serem os únicos habilitados para a coordenação de cursos e autores de pareceres técnico-científicos incluindo análises mercadológicas e de gestão ligadas ao setor.

* Titular da SBACV e do CBC; Mestre e Doutor em Medicina pela UFMG; Professor de Bioética do Curso de Medicina do Uni – BH.

A reportagem, de três páginas, mencionou o atual piso salarial da classe em Belo Horizonte, cuja média gira em torno de R\$ 80,00 por hora, mas chega a R\$ 120,00/h nos bairros mais nobres da cidade, valor abaixo do que é praticado em São Paulo.

Quanto custa à hora e qual é o piso salarial do profissional da saúde brasileiro? Qual é o valor pago pelo governo deste país por consulta ou procedimento no setor público?

Será que manter nossa sociedade saudável ou tratar pessoas doentes é menos importante do que medidas administrativas, judiciárias, publicitárias, etc? Quantos empresários repassam para os profissionais da saúde o lucro advindo das centenas de horas que não foram perdidas por trabalhadores que iriam adoecer ou que foram tratados precocemente?

Será que não somos “Bom” como afirmado ou será possível ter um excelente plano de saúde sem médicos, enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas? Pode alguém governar uma população doente?

Enfim, porque todos os setores anunciam orgulhosamente, se reelegem e aumentam seus ganhos com o trabalho bem realizado pelos profissionais da saúde, mas nunca pagam a estes salários dignos e oferecem adequadas condições de trabalho?

Porque os profissionais da saúde vêm **há** muitos anos aceitando os salários humilhantes e as inadequadas condições de trabalho, sabidamente causadoras de doenças trabalhistas ou qual o motivo que leva sucessivas gerações aceitarem a desvalorização profissional por praticamente todos os setores da sociedade?

Numa época que, acertadamente critica-se o ensino médico urge perceber que esta faltando inserir a Disciplina de Valorização Profissional. É preciso ensinar, particularmente aos futuros profissionais, o quanto é prejudicial a auto-desvalorização, mesma que involuntária.

Detentora da maior parcela de profissionais com titulação de mestre, doutor e pós-doutor, além das incontáveis especializações “latu sensu”, a classe da saúde esta há muitos anos, sendo reprovada neste quesito.

Compete aos profissionais da saúde, e não ao governo ou empresários, lutar democraticamente por salários justos, por melhores condições de trabalho e a dizerem não a todos que nos exploram ou que “vendem promessas de saúde” às nossas custas.

Mas acima de tudo, é preciso que todos percebam e reconheçam que apesar de “saúde não ser tudo, tudo é nada sem saúde.”